

HABEAS CORPUS Nº 549.240 - SP (2019/0359954-7)

RELATOR : **MINISTRO JOEL ILAN PACIORNIK**
IMPETRANTE : DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DE SÃO PAULO
ADVOGADOS : DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DE SÃO PAULO
VANESSA MORAIS KISS - SP314903
IMPETRADO : TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
PACIENTE : ANDREZA CRISTINA FERREIRA STURARO (PRESO)
INTERES. : MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE SÃO PAULO

DECISÃO

Trata-se de *habeas corpus*, com pedido liminar, impetrado em benefício de ANDREZA CRISTINA FERREIRA STURARO, contra acórdão do Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo no (*Habeas Corpus* n. 2205397-61.2019.8.26.0000).

Consta dos autos que a paciente foi presa em flagrante, em 11/07/2019, pela suposta prática do delito de homicídio tentado (arts. 121, c/c 14, II, do Código Penal). Referida custódia foi convertida em prisão preventiva.

Irresignada, a defesa impetrou *habeas corpus* perante o TJSP pretendendo a conversão da prisão da paciente em domiciliar porque preenchidos os requisitos do art. 318, IV. A ordem foi denegada pelo Tribunal de Justiça.

Sem ementa.

Agora a defesa interpõe o presente *mandamus* sustentando que a paciente é gestante e faz jus à prisão domiciliar, nos termos do art. 318, IV, do CPP. Ressalta as circunstâncias pessoais favoráveis da paciente.

Pleiteia, em liminar, a concessão de liberdade provisória à paciente até o julgamento deste writ, ainda que mediante o cumprimento de medida cautelar alternativa, com a imediata expedição de alvará de soltura a seu favor e no mérito, pela confirmação da liminar, determinando-se que a paciente responda o processo em prisão cautelar domiciliar em substituição da preventiva.

É o relatório. Decido.

No caso, ao menos em juízo perfunctório, não é possível identificar de plano o constrangimento ilegal aventado ou, ainda, a presença do *fumus boni iuris e do periculum in mora*, elementos autorizadores para a concessão da tutela de urgência.

Superior Tribunal de Justiça

A pretensão deve ser submetida à análise do órgão colegiado, oportunidade na qual poderá ser feito exame aprofundado das alegações relatadas após manifestação do Parquet.

Por tais razões, indefiro o pedido de liminar.

Oficie-se à autoridade coatora, bem como ao juízo de primeiro grau a fim de solicitar-lhes as informações pertinentes, a serem prestadas, preferencialmente, por meio eletrônico, e o envio de senha para acesso ao processo no site do Tribunal, se for o caso.

Após, encaminhem-se os autos ao Ministério Público Federal para parecer.

Publique-se. Intimem-se.

Brasília, 02 de dezembro de 2019.

MINISTRO JOEL ILAN PACIORNIK

Relator